ISSN 1984-5634

DOSSIÊ

A AGÊNCIA INDÍGENA E O ROMPIMENTO DA TUTELA ESTATAL: A CONSTRUÇÃO DA VOZ INDÍGENA NO BRASIL E O PROGRAMA DE ÍNDIO

The indigenous agency and the breaking of state tutelage: the construction of the indigenous voice in Brazil and the Programa de Índio

MARIA PERPÉTUA BAPTISTA DOMINGUES[1]

RESUMO

Este artigo visa refletir sobre a ação dos indígenas no Brasil no contexto da construção da Nova República, a partir de um programa radiofônico intitulado "Programa de Índio". Este programa constitui um acervo documental oral da década de 1980, acompanhando a trajetória do movimento indígena no âmbito da União das Nações Indígenas (UNI). A construção do discurso de uma voz indígena foi estratégica para abrir caminhos contrários aos do indigenismo oficial, criando representações acerca da participação e agência indígena, no sentido de romper com a tutela estatal e adquirir conquistas na esfera da Constituição Federal de 1988. Os esforços do Núcleo de Cultura Indígena, um dos braços da UNI, buscou canais de diálogo com a sociedade brasileira, através de porta-vozes do movimento unificado, no sentido de fazer circular uma nova imagem dos povos indígenas, como reivindicadores de seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Programa de Índio; agência indígena; Constituição Brasileira de 1988.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the action of indigenous peoples in Brazil in the context of the New Republic, based on a radio program entitled "Programa de Índio". This program constitutes an oral documentary collection from the 1980s, following the trajectory of the indigenous movement within the scope of the União das Nações Indígenas (UNI). The construction of a discourse of an indigenous voice was strategic to open paths contrary to official indigenism, creating new representations about indigenous participation and agency, by breaking up with state tutelage and acquiring conquests in the scope of the Federal Constitution of 1988. The efforts of the Núcleo de Cultura Indígena, one of UNI's branches, sought ways to dialogue with Brazilian society, through spokespersons of the unified movement, in order to circulate a new image of indigenous peoples, as claimants of their rights.

KEYWORDS: Programa de Índio; indigenous agency; Brazilian Constitution of 1988.

EDITORA-CHEFE:
Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:
Leandro Ferreira Souza

SUBMETIDO: 06/07/2023

ACEITO: 31/08/2023

COMO CITAR:
DOMINGUES, M. P. B. A agência indígena e o rompimento da tutela estatal: a construção da voz indígena no Brasil e o Programa de Índio. *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 352-371, dez.-mar., 2024.

https://seer.ufrgs/aedos/

[1] Doutora em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua como professora em turmas do Ensino Médio e na coordenação da disciplina História do projeto Prepara-RJ da Fundação CECIERJ. É membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino de História (GEPROF), coordenado pela Professora Emérita Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, do Programa de Pós Graduação em Educação da UFRJ. Tem experiência na área de História, com ênfase em Ensino de História, principalmente nos seguintes temas: currículos de história e história indígena. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3115-2157. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0078324451336701

As mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, de forma mais ampla, foram impulsionadas por movimentos sociais e de minorias, como os movimentos étnicos. O foco desse artigo é a ação dos indígenas no Brasil nesse período, sobretudo na década de 1980, no contexto da construção de uma nova constituição brasileira. As lutas por direitos indígenas suscitaram reformulações na área acadêmica, acentuando as críticas, já em curso, ao funcionalismo estrutural e à retórica da assimilação. Portanto, concepções que contribuíram para excluir os indígenas dos processos históricos e condená-los ao desaparecimento foram questionadas em uma perspectiva interdisciplinar.

Novas concepções sobre cultura contribuíram para um afastamento de perspectivas de assimilação e aculturação, que, por vezes, ainda persistem, mas colocam em xeque a condenação dos povos indígenas a um passado perpétuo (SILVA, 2015) ou a uma condição de isolamento espacial e temporal. Os projetos e demandas indígenas por território, intensificados nas últimas décadas do século XX, implicaram em novas modalidades de participação, fazendo emergir discursos de um protagonismo indígena organizado em um movimento social, representado na trajetória do movimento indígena no âmbito da União das Nações Indígenas (UNI). A categoria analítica 'protagonismo indígena' vai de encontro ao lugar reservado tradicionalmente aos indígenas na construção da história nacional e fez atentar para novos encaminhamentos sobre o tema, criando representações acerca da participação e da agência indígena, no sentido de romper com a tutela estatal e adquirir conquistas na esfera da Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, a construção da voz indígena foi estratégica. Porém, esta não pode ser compreendida reforçando uma ideia equivocada acerca de uma noção totalizadora e simplificada de uma voz indígena, o que apenas intensificaria uma visão do indígena como autoevidente, em oposição ao colonizador (OLIVEIRA, 2016). Interessa perceber como estratégicos os esforços do Núcleo de Cultura Indígena, um dos braços da UNI, em buscar canais de diálogo com a sociedade brasileira, através de porta-vozes do movimento unificado, no sentido de fazer circular uma nova imagem dos indígenas, como reivindicadores de seus direitos, diferente das representações tradicionais da tutela indígena, considerando o contexto de luta por direitos ameaçados por medidas integracionistas e autoritárias por parte do Estado brasileiro e de expectativas de construção de uma Nova República.

Na primeira parte do texto será abordada a trajetória do movimento indígena no âmbito da União das Nações Indígenas (UNI), organização nacional indígena pioneira, que se destacou na luta por direitos junto ao Estado Nacional brasileiro na década de 1980. Tais direitos viam-se ameaçados por projetos desenvolvimentistas e integracionistas no contexto da ditadura civil-militar brasileira.

Os líderes indígenas da UNI protagonizaram ações de mobilização da opinião pública contra as violações que acometiam os povos indígenas e que se materializaram no texto constitucional.

Na segunda parte, as análises serão feitas a partir de um programa radiofônico intitulado 'Programa de Índio', que constitui um acervo documental oral da década de 1980. A versatilidade do rádio proporcionou a produção de quase duzentos programas exibidos entre os anos de 1985 e 1990 pela rádio USP e outras emissoras educativas em vários estados brasileiros.

O Programa de Índio dialogou diretamente com o movimento de redemocratização do país no contexto dos anos 1980, tempos de grande efervescência social e política, acentuada logo após a revogação do AI-5, em 1979. O programa acompanhou a participação indígena na arena da Assembleia Constituinte, estendendo-se à promulgação da Constituição de 1988 e às conquistas alçadas pelos povos indígenas no novo texto constitucional. Naquele momento, ao operar com a categoria "índio" em oposição ao "branco", termo recorrente nas narrativas do programa, buscava-se imprimir a diferença étnica como ato político, capaz de unir forças na luta pela garantia de direitos, sobretudo territoriais, dentro do Estado brasileiro.

O programa não foi originalmente criado no formato digital; o acervo preservado por mais de vinte anos foi recuperado e digitalizado entre os anos de 2008 e 2009 e os quase duzentos programas estão disponíveis em um site com o áudio original. Os programas analisados tiveram início em meio às lutas políticas pelos direitos indígenas a partir da década de 1980. Assim, procuram evidenciar autonomia a partir da quebra do papel de mediadores não indígenas em seus pleitos e no diálogo intercultural ao qual se propuseram, resgatando um sentido de participação e resistência através da agência indígena.

A AGÊNCIA INDÍGENA E O ROMPIMENTO DA TUTELA ESTATAL: AS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Segundo Brighenti (2015), o movimento indígena surge no Brasil na década de 1970, situado na fronteira do movimento social e sindical, no contexto da ditadura civil-militar e na intensificação da exploração das terras indígenas em função dos projetos desenvolvimentistas deste governo, desde a década anterior. Ligado ao amplo clamor de parcelas da sociedade brasileira que apoiavam a luta pelo fim da repressão militar e aos limites impostos aos direitos políticos, o movimento indígena, desde sua origem, apresentava a particularidade da busca da afirmação étnica, associada ao fim da tutela estatal que teve como princípio a ideia da 'relativa incapacidade dos índios'[2].

[2] O Código Civil de 1916 considerava os indígenas relativamente incapazes. O Estatuto do Índio de 1973 prosseguiu carregando em seu texto o juízo de incapacidade do indígena atrelada à sua diferença cultural e étnica, totalmente avessa aos fundamentos de igualdade e respeito propostos pela Constituição Federal de 1988.

No período da ditadura civil-militar no Brasil, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 5 de dezembro de 1967. A Funai surgiu como entidade que deveria levar adiante a política integracionista do governo. Para Munduruku (2012), a atuação da FUNAI, desde sua fundação, foi no sentido de desestabilizar as formas tradicionais de economia dos povos indígenas para incluí-los aos sistemas econômicos locais.

O programa governamental instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, denominado Plano de Integração Nacional (PIN), tinha por objetivo implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país. O plano utilizava como conceito-chave a ideia de "vazios demográficos" amazônicos, expressão que desconsiderava totalmente a presença de diversas etnias indígenas na região e que se materializa no slogan "terra sem homens para homens sem terras". A ideia era colonizar o entorno da área onde se estavam construindo grandes estradas, como a Transamazônica. A lógica, segundo o discurso oficial, era "integrar para não entregar", o que revela a mobilização, no contexto da doutrina de segurança nacional, do argumento de que a área da Amazônia poderia ser contestada internacionalmente.

No início dos anos 1970 surgem mobilizações da sociedade civil de forma reativa à integração forçada que estava sendo levada a cabo pela ditadura militar no Brasil, sobretudo por parte da Igreja Católica renovada, ligada à corrente denominada Teologia da Libertação e das organizações civis ligadas a setores progressistas das universidades (LUCIANO, 2006). As primeiras assembleias indígenas, que dependeram do apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)[3] para serem realizadas, com o fornecimento de infraestrutura e apoio ao deslocamento dos indígenas, desempenhou um papel fundamental na formação dos primeiros líderes indígenas que se destacaram em meados dos anos 1970, como Daniel Matenho Cabixi e Lourenço Rondon.

No ano de 1977, o então ministro do Interior Maurício Rangel Reis, propôs o decreto de 'emancipação dos índios', ou seja, abolir a tutela e, assim lançar ao "mercado de terras as extensas terras ainda existentes sobre o controle de indígenas na região Amazônica" (SOUZA LIMA, 2015, p. 439). A emancipação dos índios, segundo Luciano (2006), tratava-se de uma estratégia de apropriação das terras indígenas a partir da extinção definitiva dos seus povos como grupos étnicos diferenciados, tornando-os cidadãos comuns, acomodados nas camadas mais pobres e excluídos da sociedade brasileira. O Estado brasileiro promoveu a definição de critérios de indianidade, para estabelecer quem era "mais índio, menos índio e quem deveria deixar de ser índio" (LUCIANO, 2006,

[3] A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) instituiu em 1970 uma pastoral específica para atuar junto aos indígenas e em 1972 foi criado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O CIMI organizou assembleias que reuniam líderes de povos de diferentes estados para os encontros, portanto, teve o papel político de articulação daquilo que viria a ser chamado de movimento indígena. Oliveira e Freire (2006) afirmam que foram realizadas dezesseis assembleias indígenas apoiadas pelo CIMI.

p. 71) através de procedimentos administrativos do próprio ministério. A classificação se dava de acordo com o seu grau aparente de contato: índios arredios ou isolados; índios não-aculturados; índios em vias de aculturação; índios aculturados e índios brasileiros integrados. Desta forma, acelerando o processo de integração e privando os indígenas de seus direitos territoriais, disponibilizava-se terras para os interesses estatais e privados. Sob a premente proposta governamental de 'emancipação dos índios', que traria como consequência a perda de territórios, novas lideranças indígenas aproximaram-se dos movimentos políticos da sociedade civil. O arrefecimento do projeto do regime militar, em face a pressão de indígenas e seus apoiadores, impulsionou a organização indígena.

É no contexto das últimas décadas do século XX que as demandas indígenas em relação ao território repercutiram em mobilizações e estratégias que, ainda que conjugadas com o regime tutelar oficial, implicam a participação de novos atores e formas de ação. O depoimento de Ailton Krenak ao escritor indígena Daniel Munduruku parece ir ao encontro dessa formulação: "Não ingressei... eu ajudei a inventar uma coisa que não existia. Antes de 1960 não havia Movimento Indígena... pode pesquisar a literatura toda. Antes só teve Ajuricaba, rebeliões... Movimento Indígena é coisa de 1960 para cá..." (MUNDURUKU, 2012c, p. 81).

Oliveira e Freire (2006) destacam que os líderes que recebiam apoio do CIMI se voltaram para as relações dos povos indígenas com a sociedade nacional, diferente dos chefes indígenas tradicionais. À medida em que os contatos e articulações se ampliavam entre os povos indígenas que participavam das assembleias, os próprios indígenas assumiram a organização esboçando, assim, as primeiras entidades de âmbito nacional. O apoio da sociedade civil à mobilização indígena se materializou no surgimento de várias organizações não governamentais (ONGs) de apoio aos indígenas, que buscavam quebrar o monopólio do Estado e das velhas missões religiosas e suas doutrinas civilizatórias.

Segundo Oliveira (2016), a 'liderança indígena' emergiu como uma categoria unificadora marcada pela natureza da mensagem; portanto, as lideranças tornavam-se porta-vozes de denúncias e reivindicações, atuando por meio de entrevistas com as autoridades ou entidades de prestígio e fazendo uso dos meios de comunicação. Também mobilizavam comitivas indígenas que seguiam em caravana às sedes regionais da FUNAI ou mesmo a Brasília. As assembleias indígenas, comitivas e protestos deram visibilidade a um novo ator político no cenário nacional. "A insistência com que a mídia consultava certas lideranças acabou por criar uma galeria de indígenas tratados como personalidades públicas, que funcionavam como os representantes autorizados das demandas indígenas" (OLIVEIRA, 2016, p. 278).

A União das Nações Indígenas (UNIND), primeira organização nacional indígena, foi criada em 1980. A esta altura vários líderes tinham projeção nacional: Daniel Matenho, Álvaro Tukano,

Mário Juruna, Ângelo Kretan, Marçal de Souza. Surgiram outros como o primeiro presidente da UNIND, Domingos Veríssimo Terena, além de Marcos Terena e Ailton Krenak (OLIVEIRA; FREIRE, 2006). No primeiro grande encontro de lideranças, ocorrido em São Paulo no ano de 1981, com a presença de líderes e entidades de apoio aos indígenas, a UNIND mudou de sigla, passou a se chamar UNI. A UNI consolidou-se como organização indígena nacional reivindicando a demarcação de terras e a autodeterminação, questionando a tutela oficial. Ganharam maior projeção os indígenas que dominavam o português e tinham maior escolaridade.

A União da Nações Indígenas (UNI) buscou articular lutas concretas e específicas travadas pelos povos indígenas nas comunidades locais, com suas lideranças, em um movimento a nível nacional. Essa organização surgida no ano de 1980 e seus apoiadores, como determinadas igrejas e as Comissões Pró-Índio, viabilizaram diversos encontros e reuniões, alguns de caráter regional, entre índios de diferentes povos. Um desses encontros foi noticiado pelo jornal Estado de São Paulo em 01/05/1981. A matéria destaca o novo presidente da UNI, Marcos Terena, e sua afirmação quanto à necessidade de o Estado reconhecer que "a sociedade brasileira é uma sociedade pluriétnica" (CEDI, 1981, p. 70).

Segundo a matéria, esse encontro reuniu 73 líderes indígenas e 32 entidades de apoio ao índio. Dentre as propostas encaminhadas constava uma campanha nacional pelos direitos dos índios em se organizarem livremente, sem sofrer pressões por parte do Estado, além do repúdio à alteração do Estatuto do Índio que visava à emancipação compulsória dos indígenas, proposta pela FUNAI e pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN). Defenderam que somente as comunidades indígenas pudessem definir quem é e quem não é índio e, da mesma forma, a participação das comunidades no processo de demarcação de suas terras.

Figura 1. "Encontro de índios em São Paulo". Foto: Vincent Carelli. **Fonte:** CEDI, 1981.

Dessa forma, perante a opinião pública, indigenistas ou agentes do Estado não eram mais os representantes dos indígenas, mas eles próprios, articulados no movimento indígena. No curso da mobilização política, de acordo com Oliveira (1998), as terras indígenas passaram de 13 milhões de hectares em 1982 para mais de 60 milhões de hectares, provocando um novo ordenamento jurídico nacional e internacional sobre o assunto. Porém, o autor observa que, apesar do saldo positivo em termos de conquistas territoriais, os resultados dessa modalidade de política indígena pouco repercutiram no modo de organização política das aldeias e sobre o controle dos territórios étnicos, que continuaram dependentes de uma estrutura tutelar.

Em meados dos anos 1980, via-se uma mobilização indígena já estruturada em diversas instituições. A atuação das novas lideranças sobre as comunidades indígenas, na conformação de uma ação interétnica, passou por diversas estratégias, inclusive as político-partidárias. Foi nesse contexto que Mário Juruna elegeu-se, em 1983, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) do Rio de Janeiro, primeiro deputado federal indígena. Juruna, entretanto, não foi reeleito para a Assembleia Nacional Constituinte que, entre 1987 e 1988, foi responsável por redigir a nova Carta Constitucional brasileira.

Foi a partir de 1986 que a UNI passou a reunir seus coordenadores regionais para discutir propostas indígenas para a Assembleia Nacional Constituinte. Essa entidade participou de todo o processo ocorrido na Constituinte, instalada em 1987. A UNI apresentou uma proposta de artigos à Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias, mobilizando lideranças indígenas nas audiências públicas da Constituinte, que, ao mesmo tempo, denunciavam situações enfrentadas por diversos povos. As emendas populares da UNI foram defendidas no plenário do Congresso Nacional pelo líder indígena Ailton Krenak.

Dezenas de indígenas passaram a frequentar o Congresso Nacional, pressionando os congressistas a reconhecerem suas reivindicações. Aos Kaiapó, presentes desde o primeiro turno das votações, juntaram-se indígenas das demais regiões do país. Representantes de etnias diversas, percorriam os gabinetes dos parlamentares realizando danças e rituais nos corredores do Congresso, ganhando, assim, espaço na mídia televisiva e jornalística. As vigílias no Congresso Nacional eram permanentes, acompanhando as negociações para a votação do capítulo 'Dos Índios', "até a vitória final na promulgação da nova Constituição a 5 de outubro de 1988" (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 195).

Figura 2. Índios de vários povos, tendo à frente os Kaiapó, ocupam auditório da liderança do PMDB durante negociações do Capítulo dos Índios na Constituinte. **Fonte:** CEDI, 1987/1990.

Mesmo sem contar com deputados indígenas na Assembleia Nacional Constituinte, o Capítulo VIII da Constituição Federal, intitulado 'Dos índios', parece demonstrar a força da participação indígena na Assembleia, mobilizadora da opinião pública contra as violações que acometiam esses povos.

Segundo Oliveira e Freire (2006), as assembleias indígenas permitiram o conhecimento da diversidade de povos e culturas indígenas existentes no Brasil. "Enquanto aprendiam sobre os diferentes modos de viver – as línguas, as culturas, as crenças – também instrumentalizavam a categoria 'índio' para unificar reivindicações e lutas por direitos" (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p.193). Era a forma de canalizar distintos movimentos e experiências para uma causa comum.

Brighenti (2015) afirma que a luta indígena inserida no processo de democratização do país, "mantinha o viés específico da etnicidade, o que conferia ao movimento indígena um caráter particular, ou seja, de movimento social fundamentado na experiência étnica" (idem, 2015, p. 151). Transcenderam, portanto, a perspectiva da luta de classes e trouxeram à cena política o aspecto cultural e identitário dos sujeitos. Para o autor, a posição na relação com a alteridade é marca do movimento indígena surgido no período após 1970. É possível perceber "a dimensão do 'nós' indígena em relação ao 'outro', ao não indígena" (BRIGHENTI, 2015, p. 167). Laços de pertencimento, mesmo em grupos histórica e culturalmente distintos, estreitaram-se de forma estratégica no sentido de afirmar uma identidade indígena. Portanto, para continuarem existindo em seus pertencimentos étnicos e lutarem por direitos "se apropriaram de mecanismos e instrumentais organizativos, à primeira vista alheios a suas práticas tradicionais, adaptaram-nos e criaram formas próprias de acordo com seus contextos culturais" (BRIGHENTI, 2015, p. 168).

A Constituição Brasileira de 1988, em seu Capítulo VIII, estabelece que:

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (...)
> Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (BRASIL, 1988)

De fato, a Constituição apresenta um texto contrário ao paradigma integracionista na relação do Estado brasileiro com esses povos, rompendo com a perspectiva assimilacionista do Estatuto do Índio, de 19 de dezembro de 1973. Da mesma forma, retira-lhes o estatuto de menoridade jurídica e a consequente necessidade de tutela, exercida então pela FUNAI, reconhecendo a necessidade da promoção de suas organizações sociais, costumes, línguas e tradições e o direito imprescritível sobre a terra e as riquezas do solo, dos rios e dos lagos, garantidas por parte do Estado.

A CONSTRUÇÃO DA VOZ INDÍGENA NO BRASIL E O PROGRAMA DE ÍNDIO

Em meados da década de 1980, com o arrefecimento gradativo da ditadura militar, em um contexto de clamor social pelo fim da censura imposta aos meios de comunicação e de intensa mobilização dos indígenas de várias regiões do país, povos indígenas no Brasil tiveram acesso às tecnologias audiovisuais, buscando canais de diálogo com a sociedade brasileira em prol de suas reinvindicações. Esse canal de participação social era fundamental no sentido de "viabilizar seu espaço e o de controlar a difusão de suas próprias vozes numa mídia que prefere difundir **falas sobre os índios**, em detrimento da **fala dos índios**" (GALLOIS; CARELLI, 1998, p. 27, grifo dos autores).

Seguindo essa perspectiva, acompanhando a articulação e organização do movimento indígena, foi criado o Programa de Índio, produzido pelo Núcleo de Cultura da União das Nações Indígenas (UNI). Apresentado por Ailton Krenak, Álvaro Tukano e outras importantes lideranças indígenas, foi a primeira experiência indígena em rádio no Brasil. O programa foi veiculado entre os anos de 1985 e 1990 pela Rádio USP e outras emissoras educativas em vários estados brasileiros. Com trinta minutos semanais, voltava-se para o público indígena e não indígena.

Nesse período os gravadores de fita cassete já eram bastante populares entre os povos indígenas e a produção do programa recebia fitas cassete gravadas nas aldeias, trazendo informações que não chegariam de outra forma ao público: "lideranças passaram a gravar depoimentos, músicas e informações durante suas viagens pelo país e os encontros e assembleias indígenas eram momentos especiais para a documentação da voz e da realidade desses povos até então emudecidos pela história" (PAPPIANI, 2012, p. 112-113). O acervo preservado por mais de

vinte anos foi recuperado e digitalizado entre os anos de 2008 e 2009 e os quase duzentos programas estão disponíveis em um site com o áudio original.

A jornalista e produtora do Programa de Índio, Ângela Pappiani, afirma que no contexto de formação da UNI, de forma inédita, os povos indígenas organizados se apropriaram dos meios de comunicação de massa. Expressavam identidades e necessidades, convocando coletivas de imprensa, divulgavam assembleias indígenas, reivindicações e ações. A UNI chegou a editar um jornal impresso em São Paulo, o Jornal Indígena. Porém limitações relativas aos custos, distribuição e expressão em língua portuguesa, levaram a UNI a rever a eficácia desse meio e discutir novas formas de comunicação com a sociedade civil e com as aldeias. Dessa forma, o rádio surgiu como resposta às necessidades do movimento indígena naquele momento por suas características básicas:

> o uso da linguagem oral, a possibilidade do uso de outros idiomas na comunicação, o baixo custo e a facilidade na produção, a abrangência de um grande público, a possibilidade de gravar os programas em fitas cassete e distribuir às aldeias ampliando o tempo de vida do programa, a possibilidade do uso de outras linguagens na comunicação como as histórias, as narrativas tradicionais, a música, os sons naturais das aldeias. (PAPPIANI, 2012, p. 111)

Para Oliveira (2016), a busca de uma compreensão acerca das estratégias políticas do associativismo indígena deve considerar os processos ocorridos em diferentes contextos e escalas, combinando fatores históricos, culturais, locais e globais, que geram tais estratégias, sempre diversas e heterogêneas. Seguindo a perspectiva do autor, cabe considerar o caráter contingencial de acionamento da categoria 'índio' naquele momento histórico de lutas por direitos ameaçados por medidas integracionistas e autoritárias por parte do Estado brasileiro.

O primeiro programa foi ao ar em junho de 1985. Participaram dessa primeira edição Álvaro Tukano, Ailton Krenak e Biraci Yawanawá, "três homens, de etnias diferentes, com cara, jeito, língua-materna, corte de cabelo, pensamentos diferentes" (PAPPIANI, 2012, p. 107), três indígenas com um bom domínio da língua portuguesa e experientes no movimento pela organização dos povos indígenas em torno de seus direitos. Na primeira edição do 'jornal falado', os apresentadores discutiram sobre a UNI, a FUNAI, os conflitos nas áreas Pankararé, Tukano, Kaingang, Uruê wau-wau, Xocó e territórios indígenas em Roraima e Acre, além de denunciarem a precária assistência às aldeias nas áreas de saúde e educação.

Oliveira (2015) avalia a distância entre tornar os mecanismos visíveis e tornar os indivíduos vocais. Portanto, a quebra do silêncio imposto historicamente às populações indígenas implicava em romper com a mediação não indígena, na qual a voz de terceiros se colocava no lugar do reivindicador indígena. O narrador anunciava o Programa de Índio como:

> primeira experiência radiofônica da comunidade indígena do Brasil. Um programa produzido e apresentado pelo pessoal do Núcleo de Cultura da União das Nações Indígenas.

> A cultura, a música, as histórias e mitos e a luta pela manutenção da vida e do meio ambiente, tudo isso apresentado da forma como o índio mantém a sua história há milhares de anos: falando, contando. (Programa de estreia, 1985)

Dessa forma, são os próprios indígenas que, não apenas ganham visibilidade, mas tornam-se indivíduos vocais atuantes na demarcação da indianidade (OLIVEIRA, 1988), na contramão da tutela oficial e dos projetos integracionistas que pretendiam impor-lhes a emancipação com base em uma ideia de aculturação, que previa a gradual desaparição dos grupos étnicos, desconsiderando o longo período de contato a que foram submetidas as diversas sociedades indígenas. Portanto, desqualificar os indígenas como aculturados, ou mesmo, não reconhecidos, permitiria a usurpação de seus direitos territoriais históricos.

Criou-se no programa de rádio um espaço de fala e, ao mesmo tempo, de audição. Indígenas representantes de diferentes povos interagiram com ouvintes indígenas e não indígenas. Vejamos a narrativa de Ailton Krenak no Programa de estreia:

> Eu venho desenvolvendo a mais de 3 anos um trabalho de coordenação de movimento indígena, atualmente eu sou coordenador de publicações da União das Nações Indígenas e a partir desse programa que nós estamos realizando, nós vamos fazer, nós vamos buscar uma maneira de estar trazendo sempre aqui algum parente, algum índio que esteja ou de passagem por São Paulo ou através de entrevistas feita nas aldeias, trazer um pouco da cultura indígena, um pouco da realidade dos povos indígenas para essa população urbana que tem muito pouca informação sobre o nosso povo. É uma tentativa nossa de nos aproximarmos e de diminuir essa distância, fazendo com que possamos viver, na medida em que conhecemos mais a cultura do outro, vivermos em paz, existir algum nível de solidariedade entre os nossos povos. (Programa de estreia, 1985)

Nesse mesmo programa, o entrelaçamento das questões políticas e culturais emerge na fala de Álvaro Tukano, ao falar da UNI para o público:

> União das Nações indígenas é a força das 180 nações indígenas que temos aqui no Brasil, é a expressão viva de uma população de 200 mil índios. A União das Nações Indígenas é a forma de manter a cultura, a crença, toda a ciência milenar que temos ainda hoje no Brasil. A União das Nações Indígenas surgiu de uma ideia que surgiu de vários companheiros índios que morreram durante todo esse tempo de colonialismo que se instalou no Brasil.[...] Nós tivemos várias reuniões, desde Roraima até o Rio Grande do Sul, de Pernambuco até o estado do Acre, então nós realmente existimos, nós não somos assim uma entidade do governo, nós somos um movimento de índios, onde nossos sacerdotes, nossos pajés, as nossas crenças estão simplesmente dando uma força para que possamos ser reconhecidos como nações indígenas e o que nós exigimos é simplesmente o direito de viver como qualquer ser humano. É isso que o estado brasileiro tem que compreender, é essa civilização que estamos querendo educar, a civilização dos brancos que parece ser uma única civilização, esta única civilização para 180 nações indígenas, sendo ela, esta educação estatal, não tem nenhuma esperança para as nações indígenas o que o Estado deve fazer a partir de hoje é assimilar a cultura, o conhecimento da ciência das populações indígenas. Este é o objetivo das nações indígenas. (Programa de estreia, 1985)

Pode-se associar algumas das falas apresentadas no Programa de Índio às formulações de Oliveira acerca dos processos de territorialização, como intervenção política que associa "um

conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados", ato "constituidor de objetos étnicos através de mecanismos arbitrários e de arbitragem (no sentido de exteriores à população considerada e resultante das relações de força entre os diferentes grupos que integram o Estado)" (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

Porém, segundo o autor, o processo de territorialização não é de mão única, dirigido externamente e homogeneizador; nele comunidades indígenas organizam-se coletivamente, formulam uma identidade própria, instituem mecanismos de tomada de decisão e de representação e reestruturam suas formas culturais. Afinidades culturais ou linguísticas e vínculos afetivos e históricos, porventura existentes entre os membros dessa unidade político-administrativa, são retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades.

Portanto, o fortalecimento das identidades étnicas e a valorização da ideia de nações indígenas e Estado pluriétnico, combatida por autoridades e presente nas falas dos apresentadores e entrevistados no Programa de Índio, fazia oposição à ideia de aculturação e da existência de um conjunto genérico de 'índios'. No primeiro programa, Ailton Krenak se apresentou como "filho de uma pequena nação, nação Krenak, que habita a região do Vale do Rio Doce, na fronteira do estado de Minas Gerais com Espírito Santo" (Programa de estreia, 1985) e continuou sua narrativa:

> Na medida em que entendermos que somos uma nação pluricultural, pluriétnica com diversidade cultural imensa e que essa diversidade não empobrece, mas ao contrário só enriquece nossa experiência como seres humanos nós vamos ser muito mais fortes. Agora nós vamos ouvir uma cantiga dos nossos parentes do povo Suiá... (Programa de estreia, 1985)

A defesa de pertencimentos, hábitos e costumes próprios, não seria impedimento para que também fizessem parte da nação brasileira, como cidadãos que compõem a nação e ao mesmo apresentam distintividades culturais. No Programa de estreia, Álvaro Tukano inicia sua fala na língua Tukano e a seguir traduz sua fala. Apresenta-se primeiramente por seu nome de cerimônia, Doetihiro, mas também se apresenta pelo nome de batismo. Vejamos um trecho de sua narrativa:

> A língua Tukano é uma das 120 línguas faladas no Brasil. É um idioma além do português. Essa língua é falada na Amazônia Oriental. Nosso povo vive tanto no Brasil, na Colômbia e na Venezuela meu nome de cerimônia é "Doetihiro", o meu nome de batismo católico eu me chamo de Álvaro, que na verdade não tem muito sentido na minha cultura, mas no sentido dos brancos tem valor porque consta como documento. (Programa de estreia, 1985)

Nesse sentido, ao abordar a Organização dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica e os problemas enfrentados pelas comunidades que vivem na Amazônia e em áreas de fronteiras, em outro programa, a fala de Tukano é bastante contundente:

> Bem, é que os índios pra eles é como nós fôssemos um bando de animais homogêneos, né? Quando na verdade as nações indígenas, nós não podemos ser nivelados, as nações indígenas, cada qual, cada tribo, falando a sua língua, temos tradições diferentes. Então essas coisas os governos não entendem, eles pensam que o brasileiro é um só, quando na verdade o brasileiro são vários povos, não é? (Bacia Amazônica, 1985)

A fala de Tukano também gera uma reflexão sobre os contextos intersocietários no qual se constituem os grupos étnicos e nas interações processadas dentro de parâmetros definidos no Estado-nação que, por sua vez, incorpora populações em seu território. As falas de Ailton Krenak e Álvaro Tukano, sobre a Organização dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica, deixam entrever a arbitrariedade e exterioridade dos processos de territorialização, conforme a formulação de Oliveira (1998). Ao mesmo tempo evidenciam a forma como as afinidades afetivas e históricas imbricam-se nesses processos de territorialização. Para Oliveira (1998), a etnicidade envolve, necessariamente, uma trajetória histórica e determinada por múltiplos fatores e uma origem, baseada na experiência primária e individual, traduzida em saberes e narrativas. As narrativas do Programa de Índio conjugam esses dois aspectos da etnicidade, indissociáveis, segundo Oliveira. A luta por direitos históricos por parte dos indígenas, dentro do Estado brasileiro, associa-se às lealdades primordiais, reforçando, assim, em suas narrativas, as identidades étnicas. O sentimento de referência à origem, recorrentes nas falas dos integrantes da UNI e seus apoiadores, ocorrem em meio à luta política.

No programa "Bacia Amazônica", a música do povo Guajibo, que vive principalmente na Colômbia e na Venezuela, acompanha os temas abordados pelos apresentadores. Álvaro Tukano fala sobre sua própria experiência étnica na relação com o povo Guajibo, histórica e afetiva, para além dos limites geográficos dos Estados nacionais:

> Bem, nossos parentes Guajibo, eles são de outra tribo, eu não sei falar a língua deles mas sempre houve a troca de mulheres para os nossos casamentos, porque na nossa região é assim, a mulher vai pra uma tribo para casar e também a mulher daquela tribo tem que vir para nossa tribo para diminuir as intrigas. Então para bem dizer todos os nossos parentes que estão do lado venezuelano, do lado colombiano, no Brasil, nós formamos um só povo. Então essa música dos Guajibo é uma música onde as mulheres e os homens cantam numa forma de roda e quem não aguentar vai saindo, né? Sai, entra, sai, entra, até pegar espírito. (Bacia Amazônica, 1985)

Nesse mesmo programa, Krenak relaciona territórios a etnicidade, destacando a arbitrariedade e exterioridade na formação de fronteiras nacionais:

> Então, uma coisa que estou lembrando aqui é que, por exemplo, uma reportagem sobre a Amazônia, quando a questão é abordada na escola sobre a Amazônia, na maioria das vezes

> se conclui que a Amazônia é aquele pedaço que vai do Acre até o Pará, isso daí do ponto de vista de uma geopolítica brasileira, sei lá. Para o povo indígena, para o nosso povo, a Amazônia significa muito mais do que isso. Significa toda uma cadeia de ecossistemas que inclui os grandes rios, que inclui as florestas, as montanhas. (Bacia Amazônica, 1985)

Defender direitos indígenas através do sistema judiciário do Estado nacional brasileiro, afastar-se da tutela oficial, participar ativamente das discussões políticas, requeria, e ainda requer, um bom domínio da língua portuguesa e o aprendizado dos mecanismos da sociedade dos brancos, pois, somente assim haveria a "possibilidade de agir, sobreviver e defender seus direitos" (ALMEIDA, 2010, p. 20).

A formulação de Almeida vai ao encontro do depoimento de Tukano. Álvaro Tukano relata que seu pai ouviu dos padres que era preciso acabar com as tradições, ao mesmo tempo que ouvia do seu avô sobre a importância das tradições. A decisão do pai de Tukano foi colocar Álvaro no colégio para aprender a ler e escrever, "para poder defender melhor um diálogo com nossos pontos de vista estratégicos, para poder falar de nossas coisas, tecer novos aliados entre nós, e dizer claramente que os nossos valores têm que ser mantidos por nós" (WERÁ, 2017, p. 15). Portanto a decisão pela educação formal, que, enquanto política pública, naquele contexto vivenciado por Álvaro Tukano, visava integrar o indígena à 'comunhão nacional', foi utilizada como ato de resistência "para manter as tradições" (idem, 2017, p.15).

Um outro programa destaca a questão da educação formal necessária aos indígenas em suas lutas políticas. Nesse programa, os indígenas Wazaé, Cidanere, Paulo Cipassé e Jurandir Siridiwê são os convidados. Paulo, Jurandir e Cidanere são jovens estudantes residentes em São Paulo para completarem seus estudos. Wazaé, pai de Paulo, é uma liderança Xavante da Aldeia Pimentel Barbosa, em Mato Grosso, e não fala português. O programa tem início com a fala de Wazaé na sua língua. A seguir, seu filho Paulo traduz sua fala sobre os problemas enfrentados pelos indígenas da região, que envolvem questões ligadas à terra e atritos com fazendeiros. Vejamos um trecho dessa fala:

> Como o meu pai estava falando hoje em dia o índio tem que estudar muito para resolver o problema de ... todos os índios do Brasil, a maioria tem que sair da aldeia para estudar, para vir para cidade para aprender, para estudar e se formar até chegar na faculdade, depois começar a lutar e resolver o problema do índio. (Xavante em São Paulo, 1985)

Percebe-se que a escolarização, até mesmo a de nível superior, já era uma demanda indígena, como forma de atuar no Estado-nação em benefício do seu povo. Paulo Cipassé, por exemplo, revelou que pretendia fazer o curso de medicina para melhorar a área da saúde. Os estudantes indígenas que participaram desse programa também relataram que viveram em diferentes cidades, em algum período, para dar continuidade aos seus estudos, revelando dificuldades de acesso à escolarização necessária para as melhorias que desejavam ver acontecer em suas comunidades.

Para Oliveira, o movimento indígena é uma "categoria operativa central no discurso dos indígenas e dos atores e instituições que com eles interagem" (2016, p. 275). Segundo o autor, esse movimento, que teve nas décadas de 1970 e 1980 seus momentos de maior visibilidade na ação política, tem por crença fundamental a ideia de que:

> em vez de aguardar ou solicitar a intervenção protetora de um patrono, para ter seus direitos reconhecidos pelo Estado, os índios precisam realizar uma mobilização política, compondo mecanismos de representação, estabelecendo alianças e levando seus pleitos à opinião pública. Somente a constituição de um sistema de pressões poderia levar o Estado a agir, identificando e demarcando terras indígenas, melhorando os serviços de assistência ou resolvendo problemas administrativos deixados no limbo por muitos anos. (OLIVEIRA, 2016, p. 275)

A formulação de Oliveira vai ao encontro de toda a série de programas radiofônicos apresentados por lideranças da UNI. Muitos dos programas apresentados nos anos de 1987 e 1988 deram destaque à intensa participação de indígenas de diversos povos na Assembleia Nacional Constituinte, agindo para constituir 'um sistema de pressões' e, assim, garantir direitos na Constituição brasileira.

O programa apresentado no dia 05/06/1988, parece resumir toda a movimentação indígena na Constituinte e destacar seus principais atores. O próprio apresentador do programa, Ailton Krenak, é um desses atores. O discurso proferido por Krenak na Assembleia Nacional Constituinte em 1987, fora cabal para a consagração dos direitos indígenas na Constituição publicada no ano seguinte. O gesto de pintar o rosto de preto com pasta de jenipapo em sinal de luto no Congresso Nacional em Brasília, "teve grande repercussão na imprensa e comoveu a opinião pública" (CEDI, 1987/1990).

Figura 3. "Ailton Krenak durante a defesa de uma das emendas populares: gesto marcante para protestar contra o retrocesso na tramitação dos direitos indígenas". **Fonte**: CEDI, 1987/1990.

O programa do dia 05/06/1988, teve início com o canto do povo Kaiapó. Krenak destaca a participação indígena no Congresso:

> Houve momentos de muita expectativa e esse canto bonito foi feito dentro do Congresso Nacional, numa sala anexa à liderança do PMDB, aonde os deputados chegaram finalmente a um entendimento e que contempla de forma positiva os interesses das comunidades indígenas. (Índios na Constituinte, 1988)

Krenak referia-se à aprovação do capítulo relativo aos direitos indígenas (capítulo VIII da Ordem Social - "Dos Índios") em primeiro turno, no dia 1º de junho de 1988, por 497 votos contra cinco e dez abstenções, após vários dias de negociação entre lideranças partidárias e vigílias e manifestações por parte de centenas de indígenas. O principal motivo das vigílias e manifestações foi no sentido de conseguir apoio para a retirada do artigo 271 do texto constitucional que, de forma inédita, previa uma distinção entre índios aculturados e não aculturados, o que acarretaria uma sensível perda de direitos, principalmente direitos territoriais. O artigo 271 do Projeto de Constituição dizia que os direitos previstos não se aplicariam aos indígenas com elevado estágio de aculturação, que mantivessem uma convivência constante com a sociedade nacional e que não habitassem terras indígenas. Portanto, a retirada do artigo 271 significou grande avanço, por repor propostas do movimento indígena. As palavras do ancião Francisco Kaingang, em depoimento ao Programa de Índio, expressaram o contentamento em reverter o projeto constitucional:

> Eu achei muito bom essa votação da Constituinte que deu apoio às comunidades indígenas que nós iríamos ficar cativos pela Funai, mas agora sim nós imo (sic) conseguir o nosso palpite de trabalho, os nossos planos de desejo que é a demarcação de nossas terras e nós como índio, já como índio capacitado, como índio documentado, eleitores, já temos carteira de identidade, que nós tava (sic) a ser como índio aculturado, não poderíamos mais viver nas nossas reservas indígenas e hoje felizmente imo (sic) continuar sendo índios. Como eu tenho pensado e tenho falado que nós poderíamos formar índios na faculdade, como seja, índio na faculdade de direito, índio na faculdade de medicina, índio na faculdade de engenharia, agronomia e antropologia. Isso o índio pode ser capaz para isso e é capaz. É que nós não tivemos oportunidade ainda. (Índios na Constituinte, 1988)

O Programa de Índio utilizou o rádio como instrumento de comunicação e mobilização política junto ao público indígena e não indígena, aliados importantes em seus pleitos políticos. Krenak encerra o programa que comemora as conquistas constitucionais com a seguinte fala: "nós vamos ficando por aqui e eu quero agradecer a todos vocês que nos acompanharam e fizeram sua também essa luta para termos finalmente um texto na Constituição que pudesse atender as nossas expectativas" (Índios na Constituinte, 1988).

Pappiani (2012) afirma que em dois momentos o Programa de Índio ficou fora do ar em virtude de mudanças na direção da Rádio USP. Nas duas ocasiões os argumentos foram os mesmos: faltava qualidade técnica e roteiro para o programa, faziam críticas ao governo e às instituições, acusavam os indígenas de não se expressam adequadamente. Porém, nessas duas vezes, ouvintes, não apenas de São Paulo, mas de cidades distantes que conseguiam sintonizar a Rádio USP, protestaram enviando cartas à direção da Rádio e à Reitoria da Universidade. Dessa forma, o programa voltava ao ar. Porém, no ano de 1990, quando o programa mais uma vez foi tirado do ar, a direção do movimento indígena decidiu pelo encerramento definitivo do programa.

O reconhecimento da capacidade jurídica indígena a partir da aprovação do texto constitucional de 1988, enfraqueceu a ideia da necessidade de uma organização de nível nacional e incentivou a criação de organizações indígenas das diferentes etnias existentes. O movimento no qual setores da sociedade civil brasileira chegaram a considerar como unificado passou a buscar outras formas associativas, atendendo a demandas de diferentes povos e articulações políticas distintas.

Em um período de intensas transformações políticas e sociais no país, jovens lideranças indígenas, com compreensão dos mecanismos do Estado brasileiro e atuantes em suas comunidades na defesa dos direitos de seus povos, utilizaram um pequeno aparato técnico e fizeram do programa de rádio um espaço inédito, onde circularam narrativas, não apenas de divulgação do pensamento indígena, mas também de autorrepresentação. Os programas constituem um acervo documental da década de 1980, período de construção de uma voz indígena autônoma e que ao mesmo tempo é coletiva. A década de 1990 abriu novos caminhos para o Núcleo de Cultura Indígena, idealizador e produtor do programa de Índio, que realizou exposições de fotos e arte indígena, produziu CDs,

vídeos, documentários e livros, enfim, voltou-se para novas propostas de comunicação com o grande público e com as comunidades indígenas.

Conclusão

A partir dos anos de 1970, em um cenário autoritário e marcado por lutas por direitos, principalmente territoriais, a elaboração de discursos sobre si e reinterpretações de imaginários sociais tornaram-se um desafio premente aos indígenas e ainda o são. Ao longo das últimas décadas do século XX, a abertura de espaços nas mídias por parte de lideranças e grupos indígenas ganhou destaque. Espaços nos quais estes sujeitos se esforçaram para protagonizar suas próprias narrativas memorialísticas e identitárias.

A causa indígena contemporânea demanda uma exegese historiográfica, ao mesmo tempo em que a historiografia brasileira tem buscado incorporar grupos sociais antes ignorados pela bibliografia, dentre os quais, os povos indígenas. Da mesma forma, as múltiplas experiências indígenas em diferentes espaços e tempos fomenta a utilização de fontes variadas, como as fontes digitais. Nesse aspecto, acredito ser possível uma aproximação do aporte metodológico da história oral com a crescente midiatização dos movimentos indígenas, no sentido de pensar em possibilidades de produção de conhecimento histórico a partir das formas narrativas criadas por esses sujeitos no suporte digital, até então pouco exploradas pelos historiadores, em contraste com o seu grande uso social.

Em um momento histórico anterior ao fenômeno da internet, abordei a construção de um discurso da voz indígena no Brasil, analisando como fonte parte do acervo dos quase duzentos programas radiofônicos que constituíram o Programa de Índio, exibidos pela Rádio USP entre os anos de 1985 e 1990 e atualmente disponíveis em um site.

Nas primeiras décadas do século XXI, comunidades étnicas têm utilizado os meios digitais como um instrumento político de suas reivindicações e de afirmação de identidades, seja por meio de organizações indigenistas ou propriamente indígenas, conferindo significados próprios ao seu engajamento a partir de formas diferenciadas de apropriação do meio digital. As narrativas advindas dos próprios indígenas, presentes com vigor na *Web* na atualidade, são herdeiras de uma trajetória histórica e de formas de associativismo indígena desenvolvidos nas últimas décadas do século XX. Faz parte dessa trajetória o esforço da UNI em se apropriar de um meio de comunicação de massa, o rádio, para o diálogo pluriétnico e com a sociedade brasileira, na expressão identitária e na visibilização de reivindições e ações.

No entanto, não pretendo partir de uma ingênua e já superada noção de História objetiva, que pretende apresentar fatos com base nos depoimentos usados como fonte. Tampouco busco

atribuir a essas narrativas indígenas a intenção de uma redenção ou em 'dar a voz' a esses sujeitos, mas, sobretudo, promover uma escuta, partindo da perspectiva de estudo defendida por Lucchesi (2014) em suas análises sobre as especificidades das oralidades no meio digital, na qual podemos considerar as experiências contidas nesses relatos virtuais como objetos legítimos de análise. Análises que devem considerar a incontornável questão da subjetividade das fontes, que, segundo Thompson (1992), não é peculiar aos depoimentos orais, mas característica de qualquer tipo de fonte, seja ela escrita, oral ou visual.

No limite deste artigo, importa-me traçar uma reflexão, ainda que breve, acerca dos significados que os próprios indígenas atribuiram à sua participação política a partir de suas falas nos programas. A quebra do papel dos mediadores no bojo da luta política, inscreve os povos indígenas no desafio de desestabilizar hegemonias e assumir o protagonismo de suas histórias e ações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BACIA AMAZÕNICA [programa de rádio]. Programa de Índio, 14 jul. 1985. Disponível em: http://ikore.com.br/programa/bacia-amazonica/. Acesso em 03/07/2023.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. O movimento indígena no Brasil. In: WITTMANN, Luisa Tomobini (Org.). *Ensino de história indígena*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 143-17.

CEDI: Centro Ecumênico de Documentação e Informação. *Povos Indígenas no Brasil*: 1980. São Paulo: CEDI, 1981.

_____. *Povos Indígenas no Brasil*: 1981. São Paulo: CEDI, 1982.

_____. *Povos Indígenas no Brasil*: 1982. São Paulo: CEDI, 1983.

_____. *Povos Indígenas no Brasil*: 1983. São Paulo: CEDI, 1984.

_____. *Povos Indígenas no Brasil*: 1984. São Paulo: CEDI, 1985.

_____. *Povos Indígenas no Brasil*: 1985. São Paulo: CEDI, 1986.

_____. *Povos Indígenas no Brasil*: 1986. São Paulo: CEDI, 1987

_____. *Povos Indígenas no Brasil*: 1987-1990. São Paulo: CEDI, 1991.

GALLOIS, Dominique T.; CARELLI, Vincent. "Índios eletrônicos": a rede indígena de comunicação. *Sexta Feira*: Antropologia, Artes e Humanidades, n. 2, p. 27-31, 1998. Disponível em: <http://www.usp.br/revistasexta/files/n2-web_1.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

ÍNDIOS NA CONSTITUINTE [programa de rádio]. Programa de Índio, 05 jun. 1988. Disponível em: http://ikore.com.br/programa/indios-na-constituinte/. Acesso em 03/07/2023.

LUCCHESI, Anita. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. *História Oral*, v. 17, n. 1, p. 39-69, jan./jun. 2014.

LUCIANO, Gersem dos Santos (Baniwa). *O índio brasileiro*: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos, 12).

MUNDURUKU, Daniel. A literatura indígena e as novas tecnologias da memória. In:_____. *Roda de conversas sobre os indígenas brasileiros*. São Paulo: Prumo, 2012, p. 27-31.

_____. Posso ser quem você é sem deixar de ser o que sou. In: _____. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012b.p. 43-58.

_____. Somos aqueles por quem esperamos. In: _____. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012c. p. 61-175.

OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. *Quebra a cabaça e espalha a semente*: desafios para um protagonismo indígena. Rio de Janeiro: E-Papers, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios*: "pacificação", regime

tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

_____. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

_____; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. 1ª. ed. Brasília: MEC/UNESCO, 2006, v. 1, 268p.

PAPPIANI, Ângela. Programa de Índio: criando uma ponte sonora entre as culturas. *Revista Novos Olhares*, vol.1, n.1, p. 107-118, jun., 2012.

PROGRAMA DE ESTREIA [programa de rádio]. Programa de Índio, 30 jun. 1985. Disponível em: http://ikore.com.br/programa/programa-de-estreia/. Acesso em 03/07/2023.

SILVA, Giovani José da. Perspectivas do Ensino de História e Diversidade Étnico- cultural: contribuições a um debate transdisciplinar. In: ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina B.; PACIEVITCH, Caroline. *Memória, Sensibilidades e Saberes*. Campinas, SP: Alínea, 2015, p. 52-63.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 425-457, 2015.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

WERÁ, Kaká. Álvaro Tukano. *Tembeta*. Rio de Janeiro: Azougue, 2017.

XAVANTE EM SÃO PAULO [programa de rádio]. Programa de Índio, 21 jul. 1985. Disponível em: http://ikore.com.br/programa/xavante-em-sao-paulo/. Acessso em 03/07/2023.